

DE QUE NÃO(S) NOS FALA A RESISTÊNCIA? WHICH NO(S) DOES RESISTANCE TELL US?

Daniela Rodrigues Izolan¹

Natália Gambogi Rodrigues²

Resumo: O artigo discute o conceito de resistência e alguns dos seus desdobramentos semânticos. Parte-se de um percorrido no que concerne às concepções do termo na teoria psicanalítica e amplia-se para a esfera sociopolítica contemporânea, propondo uma aproximação dos sentidos da resistência nos campos em questão. Essa proposição abarca os “nãos” que são enunciados pelo conceito trabalhado nos diferentes aspectos: na neurose, na clínica do traumático, no âmbito social e, por fim, na sustentação da ética do fazer psicanalítico.

Palavras-chave: Resistência. Psicanálise. Contemporaneidade. Ética.

Abstract: This article discusses the concept of resistance and some of its semantic developments. It starts presenting an outlook regarding the conceptions of the term ‘resistance’ in psychoanalytic theory and then broadens the analysis to the contemporary sociopolitical field, suggesting that the senses of resistance are closely related between these areas of knowledge. This proposition considers the ‘nos’ that are enunciated by the concept of resistance in four different aspects: in neurosis, in the traumatic clinic, in the social scope, and finally, in the support of the ethic of psychoanalytic practice.

Keywords: Resistance. Psychoanalysis. Contemporaneity. Ethics.

DE QUE NÃO(S) NOS FALA A RESISTÊNCIA?

Na parede de um botequim de Madri, um cartaz avisa: ‘Proibido cantar’. Na parede do aeroporto do Rio de Janeiro, um aviso informa: ‘É proibido brincar com os carrinhos porta-bagagem’. Ou seja: Ainda existe gente que canta, ainda existe gente que brinca.

Eduardo Galeano, O livro dos abraços

O ensaio em questão versa sobre o tema da resistência, conceito fundamental da psicanálise e expressão de manifesto social tão presente nos tempos atuais. A palavra em si é dotada de múltiplos sentidos, e o propósito deste trabalho é discutir se é possível tangenciar o que nos fala a resistência do campo da teoria da técnica psicanalítica com aquela expressada no espaço social contemporâneo.

¹ Psicóloga; psicoterapeuta de orientação psicanalítica (ESIPP); membro do Percurso em Psicanálise (APPOA)
E-mail: daniela.izolan@gmail.com

² Psicóloga; psicoterapeuta de orientação psicanalítica (ESIPP); membro do Percurso em Psicanálise (APPOA)
E-mail: nataliagambogi@gmail.com

Quando pensamos em resistência em psicanálise, o que nos ocorre? Nós a associamos à resistência mais habitual, proveniente do paciente, considerando as diferentes estruturas psíquicas? Na resistência que aponta para o conflito, terreno da neurose? Ou àquela a serviço da preservação da vida, que nos aproxima da clínica do desamparo? Ou ainda, a uma resistência na escuta do analista? Independentemente do caminho escolhido, é comum relacionarmos a resistência a um fenômeno que nos intriga, desacomoda, gera perguntas. Movimentos e indagações que permitem que a psicanálise se mantenha viva e pulsante.

Conceitualmente descrita como “tudo aquilo que impede o trabalho do tratamento, que entrava o acesso do sujeito à sua determinação inconsciente” pelo *Dicionário de Psicanálise Larousse* (Chemama, 1995, p. 199), encontramos na raiz da palavra resistência também os vocábulos: desistência, insistência, persistência e existência (Saraiva, 1993). Assim, resistir pode tanto nos conduzir a pensar em impedimentos e desistência quanto em persistência em existir. Mas o que é que insiste em existir quando falamos da presença da resistência na clínica e no social?

O NÃO AO DESEJO

O conceito em questão aparece em grande parte dos escritos freudianos, atravessando muitas outras formulações técnicas. Em *Estudos sobre a histeria*, Freud (1996a) questionava o uso da hipnose e, posteriormente, da sugestão, entendendo-as como formas ineficazes de acessar o inconsciente. A resistência, ali, era tomada como a força que impedia a rememoração das lembranças infantis. A partir do estatuto da associação livre, a resistência passou a ser entendida como defesa, impedindo que as vivências traumáticas reprimidas viessem à mente. Aparece, então, como uma força contrária ao rompimento de um isolamento construído pelo recalque. Quanto mais o trabalho analítico se aproximasse da representação recalçada, mais a resistência teria força para barrar esse processo. A transferência seria, portanto, a própria resistência, pois, na medida em que a liberação da libido avançasse, mais intensamente se apresentariam as defesas da repressão, instaurando um conflito. Ainda nesse momento da obra, Freud entendia a transferência como o pior obstáculo da análise, reforçando que a tarefa do analista é de superar esses impedimentos à associação livre.

Com a virada da segunda tópica, em *Inibição, sintoma e angústia* (1996b), Freud repensa o conceito, ampliando as suas modalidades: no nível do ego estariam assentadas as resistências ao recalque, à transferência, e o ganho secundário da doença; a resistência do id remeteria à compulsão à repetição; e a do superego, à culpa e ao masoquismo.

A partir dessa ampliação teórica, o trabalho com esses pacientes passa a ser o de apontar para o *como* ele diz, fazendo um desvio na atenção que, nos primórdios das formulações freudianas, voltava-se para o *que* ele diz – ou seja, passa a ser prioritário analisar e interpretar as resistências, de modo que as defesas revelassem sua função e perdessem sua razão de ser (Kehl, 2002).

Nasio (1999), ao nos falar sobre a resistência de transferência – expressa, por exemplo, através do silêncio do paciente –, traz que ao resistir a experimentar o prazer da ideia recalçada vindo à tona, o Eu estaria nascendo como sujeito do inconsciente.

Podemos pensar, portanto, que é onde a resistência se faz mais forte que o desejo do sujeito está colocado. Resistência impedindo o acesso, ao mesmo tempo que dando pistas sobre o desejo, sobre a subjetividade humana. E tornan-

do-se assim aspecto essencial para o trabalho clínico que passa por acompanhar o paciente em sua busca pelo que a resistência esconde, ao mesmo tempo que revela.

O NÃO À INVASÃO

E como se apresenta a resistência quando não é o desejo que está em questão?

Ferenczi foi o primeiro psicanalista a se debruçar sobre quadros de sofrimento de pacientes chamados “difíceis”, vindo na esteira dele as formulações de Winnicott sobre sua experiência com pacientes bastante regredidos. Caracterizados por não atenderem à regra fundamental da associação livre e não se adaptarem ao enquadre clínico tradicional, tais pacientes revelariam uma pobreza nos processos de fantasiar e simbolizar. A formulação do trauma, para esses autores, constituía-se “não como um fenômeno inerente à estruturação do psiquismo, mas como um efeito devastador de uma não adaptação do ambiente aos delicados processos envolvidos na constituição subjetiva da criança” (Kupermann, 2008, p. 149).

Nessa clínica, encontramos um transbordamento do aparelho psíquico, onde as vivências de horror são colocadas em cena: “Não existe proteção possível em relação ao horror, pois aquilo que aterroriza não se circunscreve no tempo e no espaço, mas se apodera da subjetividade como uma presa, algo que lhe invade” (Birman, 1999, p. 148).

A resistência na clínica do traumático se apresenta, portanto, como proteção a esse desamparo, e uma das formas de sua manifestação é através da transferência negativa e seus componentes agressivos, resquícios de um tempo em que reagir era efetivamente impossível. Robert e Kupperman propõem um olhar para o movimento paradoxal desse tipo de transferência: “se de um lado a transferência negativa pode operar como resistência para manter a unidade narcísica e proteger do desamparo, de outro, pode configurar uma tentativa de demolição do supereu hostil por meio das vicissitudes pulsionais proporcionadas pelo campo transferencial” (2012, p. 46). Assim, a transferência negativa é encarada não como limite do analisável ou um obstáculo que deve ser combatido, mas como resistência à submissão e efetividade da análise. Isso irá ao encontro do que Freud (1996d) conceitua a respeito da concepção de agressividade, entendida como a ligação da pulsão de vida com a pulsão de morte que se move para o exterior, sendo essencial para a afirmação da vida.

Nesse panorama, o manejo da transferência negativa sai do campo da interpretação e visa a um espaço que sustente os afetos hostis; esse tipo de transferência não poderia, então, ser compreendida como marca de resistência ao encontro afetivo, vista como um impedimento na relação entre paciente e analista. Diferentemente destas, as resistências *no* encontro analítico seriam necessárias e entendidas como potência para que o paciente, junto ao analista, promova o trabalho de recriação de si. Assim, é essencial que o analista mantenha um suporte sensível diante da expressão da agressividade do paciente, auxiliando na criação de espaços de elaboração da dor e do desamparo (Kupermann, 2009).

Birman (2006) aponta para a resistência como marca da constituição do sujeito na modernidade. A partir das ideias da segunda tópica freudiana, compreende as instâncias como “o outro do outro”, um jogo de forças constante em que estão presentes desejos, contradesejos e desejos-contra. Para o autor, a resistência está no campo da oposição de forças e também delimita e sustenta

espaços de pertencimento, onde se opõem o interior e o exterior. Propõe a ideia de desejo de resistência que legitimaria o *não* do paciente, o *não* definitivo, este visto como uma forma de o paciente impor sua resistência em face da intrusão violenta do analista, ou do não reconhecimento das resistências manifestadas no processo até então. Para o autor, por essa perspectiva a RTN, manifestação comumente compreendida por seu aspecto de desistência do processo analítico – pulsão de morte somente destrutiva –, passa a ser encarada como uma possibilidade de resgate desse sujeito que se vê oprimido diante do traumatismo reeditado na relação terapêutica.

O NÃO AO SILENCIAMENTO DO SUJEITO

Nos últimos anos, em nosso país e no mundo, na política e nas relações do cotidiano, vivemos o crescimento da intolerância e das polarizações. Ressurgem ondas discriminatórias e ganha força a exclusão do diferente. Enquanto grupos minoritários buscam se proteger das ameaças à sua existência, outros deslegitimam as lutas que buscam confrontar o cenário estabelecido, disputas que quando extremadas levam a atos de violência, apontando para a impossibilidade de haver aberturas para o pensamento. Diante de uma cultura em que prevalece a falta de acolhimento às demandas que vêm do outro, a consequência é o sujeito fazer uso de defesas mais arcaicas para lidar com esse desamparo, tornando o pensamento binário – que desconsidera infinitas variedades –, algo dominante na sociedade.

A relação interdependente entre cultura e indivíduo é operador fundamental para o pensamento freudiano sobre a construção de modelos a respeito da subjetividade humana. Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1996c) discorre a respeito da intensidade das pulsões e da necessária renúncia da plenitude da satisfação destas para que possamos viver coletivamente. Ao fazer uma associação entre a agressividade e o narcisismo, traz a ideia do narcisismo das pequenas diferenças: os membros de uma mesma comunidade podem esconder, de forma inconsciente, seus próprios conflitos, projetando sua agressividade no outro. O que sai do campo da semelhança é tratado como intolerável. Assim, a diferença transforma-se em ameaça. Ama-se os iguais, repudia-se os diferentes.

Birman discorre a respeito da cultura do narcisismo, sendo esta marcada por uma impossibilidade de admirar o outro em sua diferença: o outro está para o sujeito apenas como uma via para ser usado a seu modo, para seu usufruto, o que gera um mundo com ideias totalizantes. O autor vai nos lembrar que nessa cultura se construiu “um modelo de subjetividade em que se silenciam as possibilidades de reinvenção do sujeito e do mundo. Por isso mesmo, os valores da tradição são louvados na sociedade pós-moderna” (Birman, 2007, p. 92). Há um impedimento de reconhecer e conviver com a alteridade, um horror ao que é da experiência da diferença. Diante disso, indivíduos que não se adaptam ao que essa cultura exige são impelidos a resistir na busca por espaços em que possam viver sua subjetividade de uma forma livre.

No ano de 2018, foi recorrente o manifesto “se fere a minha – ou qualquer – existência, serei resistência”, não sendo apenas um enunciado que rima, mas a enunciação de quem se sente ceifado em sua subjetividade. Resistência aqui, portanto, como força opositora ao silenciamento dos sujeitos. Para Birman, “a existência da resistência nos obriga a reconhecer que o sujeito ainda se encontra presente, não obstante a fragmentação, ampla, geral e irrestrita promovida pela contemporaneidade ... a resistência indica a efetividade do desejo que cir-

ARTIGO

cula entre os corpos” (2006, p. 10). Trata-se de resistir para manter a integridade do seu território.

Diante desse recorte do social, propomos que a resistência expressa na cultura atual, compreendida como potência para a preservação do sujeito, se aproximaria da resistência da clínica do desamparo. Quem resiste busca um lugar de existência, poder existir em sua subjetividade, confrontando forças antagônicas que agiriam para o seu silenciamento enquanto sujeito.

É nesse sentido que Szpacenkopf propõe pensar a resistência como “prova da relação de forças de poder, necessárias e indispensáveis, atuando dentro do indivíduo, e também como sinal de alguma liberdade nos dois polos conflitantes, o que realimenta esperanças no tratamento analítico” (2003, p. 2). A presença da resistência irá nos falar de uma relação de forças na qual é esperado um espaço de criação. A autora entende a resistência como um enriquecimento da transferência, pois se a primeira aparece, é sinal de que se promoveram movimentos dentro de um equilíbrio – seja de dentro do psiquismo, seja da relação transferencial. Seja na relação entre forças no campo social, acrescentamos aqui.

O URGENTE NÃO AO CONFORMISMO

Ao pensarmos nas diferentes concepções atribuídas ao conceito central de nosso trabalho, nos deparamos com o caráter de resistência – no sentido de sobrevivência e renovação – da própria psicanálise. A clínica atual precisa lidar com desafios de diversas ordens, principalmente pela importância de se reinventar o dispositivo clínico freudiano, que se baseava nas questões do mal-estar de sua própria época.

Novos tempos exigem uma nova clínica. Por isso, pensando na resistência como força que impede a submissão, tanto no trabalho psicanalítico quanto na cultura, abrimos espaço para questionar a rigidez da escuta que muitas vezes permeia os nossos espaços de trabalho, passando pelas idolatrias teóricas até as suas consequências na relação transferencial.

É próprio da psicanálise o espírito de subversão e questionamento ao que é imposto, desde sua criação, quando estremeceu paradigmas de uma cultura repressora e patriarcal. Se concordamos com essa premissa, é preciso que nos confrontemos com a questão de o quanto estamos conseguindo fazer do inconformismo que caracteriza a psicanálise algo presente na nossa clínica.

Ferenczi (1992) afirma que enquanto o paciente está diante de nós, há esperança. Põe-se a pensar contra a ideia de que as resistências são insuperáveis, ou que a estrutura do paciente não permite que se possa aprofundar mais a análise. Em determinado momento, faz a indagação: “a causa do fracasso será sempre a resistência do paciente? Não será antes o nosso próprio conforto que desdenha adaptar-se às particularidades da pessoa, no plano do método?” (Ferenczi, 1992, p. 71). Anos depois, Nasio (1999) nos lembra da importância de nos voltarmos para o que é próprio do analista e de sua resistência, que pode estar a serviço de petrificar e manter estagnado o processo de análise.

Os riscos são inerentes ao trabalho clínico, mas a um deles é importante que estejamos ainda mais alerta, que é o risco de reproduzirmos no nosso trabalho aquilo que observamos na cultura atual, onde se presentifica certo congelamento do que é do simbólico, com limitado espaço para se pensar o diferente, o imprevisível, o não convencional. É somente ao olharmos para os

nossos impedimentos internos que poderemos nos autorizar a escutar o outro, sua estranheira e suas singulares demandas, este outro que irá colocar luz sobre o desejo inconsciente em nós. É esse estranhamento que poderá nos estimular à invenção de uma prática e de um discurso coerentes que nos possibilitem conviver melhor conosco e com o diferente. Para isso, é fundamental pensarmos na escuta psicanalítica também como uma escuta da cultura, em que nos perguntemos qual o nosso lugar, a nossa posição como sujeitos no tempo em que vivemos, em como as questões do nosso tempo nos atravessam. Disso também depende a nossa ética, compromisso que firmamos e renovamos constantemente e que nos exige o desprendimento de trocarmos nossas convicções por indagações, e de termos sempre presente a noção de que a psicanálise é pautada em uma possibilidade de invenção e nunca de regulamentação.

Para que algo se crie numa dupla que se dispõe a caminhar junto é essencial a implicação do analista na experiência do tratamento psicanalítico, no sentido de estar aberto, disponível para encontrar, dentro da repetição, novas possibilidades. A compulsão à repetição pode ser entendida, assim, como uma via de surgimento de algo novo; sem desvendar sentidos, trabalhando-se em um movimento de vir a ser da subjetividade do indivíduo (Birman, 2006). A repetição estará sempre presente, o destino que será dado a ela vai depender da maneira como a escutamos, podendo ser uma via para abertura de espaços de criação e manutenção de novas subjetividades, novas formas de se pensar o que já é pensado.

Por fim, que estejamos sempre atentos para as resistências – acomodações, desistências – da nossa escuta, para que estas não impeçam que façamos o que é o fundamento do nosso trabalho, escutar a alteridade. Que possamos seguir resistindo – insistindo, persistindo – no encontro com o sujeito do inconsciente.

REFERÊNCIAS

- Birman, J. (2006). Genealogia da resistência (pp. 319-336). In: Birman, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2007). **Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Birman, J. (1999). Nada do que é humano me é estranho (pp. 17-58). Por uma erótica do desamparo. In: Birman, J. **Cartografias do feminino**. São Paulo: Editora 34.
- Chemama, R. (1995). **Dicionário de Psicanálise Larrouse**. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ferenczi, S. (1992). Análise de crianças com adultos. In: Ferenczi, S. **Obras completas: Psicanálise** (Vol. IV). São Paulo: Martins Fontes.
- Freud, S. (1996a). **Estudos sobre a histeria** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. II). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996b). **Inibição, sintoma e angústia** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996c). **O mal-estar na civilização** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1996d). **O problema econômico do masoquismo** (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- Galeano, E. (2009). **O livro dos abraços** (E. Nepomuceno, Trad.). Porto Alegre: L&PM.
- Kehl, M. R. (2002). **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras.

ARTIGO

Kupermann, D. (2008). **Presença sensível: Cuidado e criação na clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Kupermann, D. (2009). Princípios para uma ética do cuidado (pp. 44-51). In: Pinto, G. C. (Org.). **Memória da psicanálise 3. Sándor Ferenczi e a ética do cuidado**. São Paulo: Duetto.

Nasio, J. D. (1999). **Como trabalha um psicanalista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Robert, P., & Kupermann, D. (2012). Dor e resistência na clínica psicanalítica. O manejo das transferências negativas em Freud. **Cad. psicanal.**, 34(26).

Saraiva, F. R. (1993). **Novíssimo dicionário latino português** (10a ed.). Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

Szpacenkopf, M. I. (2003). Resistência e dominação na relação psicanalítica. **Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial**, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2.